



ANGOLA

Angola é um país do sudoeste de África, antiga colónia portuguesa, que tem recursos naturais consideráveis, entre os que destacam o petróleo e os diamantes. É uma democracia e o seu nome oficial é República de Angola.

ORIGEM DO NOME

O nome de Angola é uma derivação portuguesa da palavra banto N'gola, que faz referência ao título dos chefes nativos dessa região no século XV, no tempo da colonização portuguesa.

HISTÓRIA

Período colonial.

Portugal estabeleceu-se em 1483 no rio Congo, onde existiram os estados de Kongo, Ndonga e Lunda. O estado do Kongo estendeu-se do actual Gabão do Norte até o rio Kwana no sul. Portugal estabeleceu em 1575 uma colónia em Luanda baseada no tráfico de escravos. Os portugueses tomaram gradualmente o controlo da zona costeira ao longo do século XVI através de uma série de tratados e guerras. Os holandeses ocuparam Luanda desde 1641 até 1648, proporcionando um impulso dos estados anti-portugueses. Em 1648 Portugal retomou Luanda e iniciou um processo de conquista militar dos estados do Kongo e Noongo, que rematou com uma vitória portuguesa em 1674.

O controlo administrativo total português do interior ocorre a começos do século XX.

GOVERNO E POLÍTICA.

Em 1975, Angola adquiriu a independência de Portugal. Em 1994, assinou-se um acordo de paz que favorece um governo de identidade nacional. Em 1998, a guerra volta a estalar e termina com a intervenção da

ONU em 1999 e a recuperação do governo pelo MPLA. Angola permanece como um país pobre.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Angola divide-se em 18 províncias.

A agricultura de subsistência proporciona o sustento principal para o 85% da população. A produção petrolífera contribui com o 90% das exportações. Não obstante, apesar de assinar-se um acordo de paz em 1994, a violência segue.

DEMOGRAFIA

Os três grupos étnicos falam banto. Os portugueses representam a população mais grande de origem não angolana, com cerca das 30000 pessoas. O português é a língua oficial predominante.

RELIGÃO

O 90% da sua população são cristãos.

TAXA DE MORTALIDADE

24,2 mortos por mil habitantes.

ALFABETISMO

A educação é gratuita e obrigatória para os meninos. No ano 2000 1178485 alunos estavam inscritos no ensino primário, enquanto no secundário e superior foram o 19% e o 1% respectivamente. O governo comprometeu-se a realizar um drástico incremento do alfabetismo.

CULTURA

O mais relevante das manifestações culturais de Angola são os restos de construções coloniais portuguesas como a Fortaleza de São Pedro em Luanda. Entre os séculos XVII e XIX, Angola foi muito importante no tráfico de



escravos.

A GUERRA

Quando Portugal iniciou o processo de descolonização, surgiram três movimentos independentistas:

- Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) com laços com partidos comunistas em Portugal e no Bloque Oriental.

- Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), com vínculos com o governo dos EEUU, o regime de Sese Seko em Zaire e o governo de África do Sul.

- União Nacional pela Independência Total de Angola (UNITA), dirigida por Savimbi. Após uma guerra de guerrilhas independentistas de 14 anos, Angola obteve a independência em 1975.

Portugal passa o poder ao MPLA, que recebe o amparo da URSS. Pouco tempo depois, começa a Guerra Civil entre os partidários dos três movimentos. Em 1976, O FNLA foi derrotado pelo MPLA e tropas cubanas têm parte na Operação Carlota. Agora o MPLA e UNITA lutam pelo poder. Em 1991 acordam converter Angola num estado multipartidista, mas depois de que o MPLA vencesse nas eleições, UNITA reclamou que houvera fraude e voltam as hostilidades.

ANGOLA

O acordo de paz do 94 entre o governo e UNITA permitia a integração de insurgentes da UNITA no governo. Um governo de unidade nacional instalou-se em 1997, mas as lutas continuam até 1998, deixando a centos de milés de pessoas sem fogar. O presidente José Eduardo dos Santos suspendeu o funcionamento regular das instituições democráticas por causa do conflito. O conflito prosseguiu em Cabinda, onde os soldados cometeram actos de tortura e execuções extrajudiciais. Apesar de fazer reformas policiais segem-se a receber informes sobre tundas e execuções realizadas pela polícia. Privou-se de liberdade, realizaram-se evacuações. Constitue-se uma comissão para estudar o sistema de justiça penal e propõe-se também um projecto para examinar o Código Penal. Reabilitam-se municípios e províncias e designam-se juizes. O acesso à justiça está limitado pela falta de recursos humanos e naturais. Em Fevereiro abriram-se em Luanda escritórios de reclamações e posteriormente fez-se o mesmo noutras províncias. Elaboraram informes trimestrais, mas esses informes não tiveram difusão; apesar de tudo, a polícia não puido responder adecuadamente a índices muito elevados de violência. As autoridades disseram que a terceira parte dos angolanos possuíam armas de fogo.

Não havia liberdade de expressão e de associação. Defensores do direitos humanos, periodistas, activistas políticos vigiavam e criticavam o governo. Porém, alguns foram ameaçados com sofrer violência e outros detidos pelo seu trabalho. UNITA afirmou que membros do MPLA

atacaram o seu escritório em Agosto e informaram também de actos de agressão e intimidação.

Os informes sobre a tortura e as execuções extrajudiciais procediam principalmente dos meios de comunicação e das organizações dos direitos humanos. Em Março de 2003 uns agentes da polícia golpearam e retiveram a um empregado da televisão que intentou gravá-los quando maltratavam os jogadores num estádio de futebol em Luanda; dias depois, uns agentes golpearam a periodistas e receberam-se informes sobre execuções.

Os programas de reabilitação incluem a prestação de ajuda a uns 8000 ex-meninos soldado e a um milhão de meninos separados das suas famílias durante a guerra.

Aproximadamente 1800000 de deslocados internos pela guerra e mais de 90000 regressaram a zonas da sua eleição de forma espontânea. A deterioração das infra-estruturas supunha um obstáculo para a subministração de ajuda alimentícia.

Em Junho fecharam-se as zonas de amparo que se criaram para albergar ex-soldados de UNITA e as suas famílias. Muitas dessas pessoas partiram enquanto outras foram trasladadas às suas casas.

As facções do Frente para a Liberação do Enclave de Cabinda sofreram grandes perdas no decurso de uma importante acção do governo a fins de 2002 e princípios de 2003. Durante o ano prosseguiram as hostilidades no norte de Cabinda. As forças governamentais disseram que liberaram a civis do FLEC. Em



Março a rádio estatal fez um chamamento aos soldados que mataram os habitantes de 15 povoações.

Um soldado governamental abateu a tiros duas irmãs enquanto seu pai estava ausente temporariamente. O soldado alojava-se numa cas de raparigas que cozinhavam para ele.

Em Outubro detiveram a Eduardo Blas enquanto pescava no rio Caio Callado. Ao dia seguinte entraram na povoação e detiveram e bateram ao seu irmão e outros quatro homens.

A pressão comercial sobre a terra é fatal a respeito dos desalojamentos forçados em Luanda e outros abusos nas zonas rurais. O anteprojecto de Lei de Desenvolvimento Urbano existentes não concediam direitos de ocupação e viviam em situação irregular nas cidades.

Em várias zonas de Luanda efectuaram-se desalojamentos forçados sem o devido processo que include consulta e ressarcimento. Em Fevereiro desalojaram a várias famílias disparando ao ar.

GUTIER MARTÍNEZ B 1B, ROBERTO LAGE, SEGIO PATIÑO, IVÁN RODRÍGUEZ, DANIEL SUÁREZ B 1C